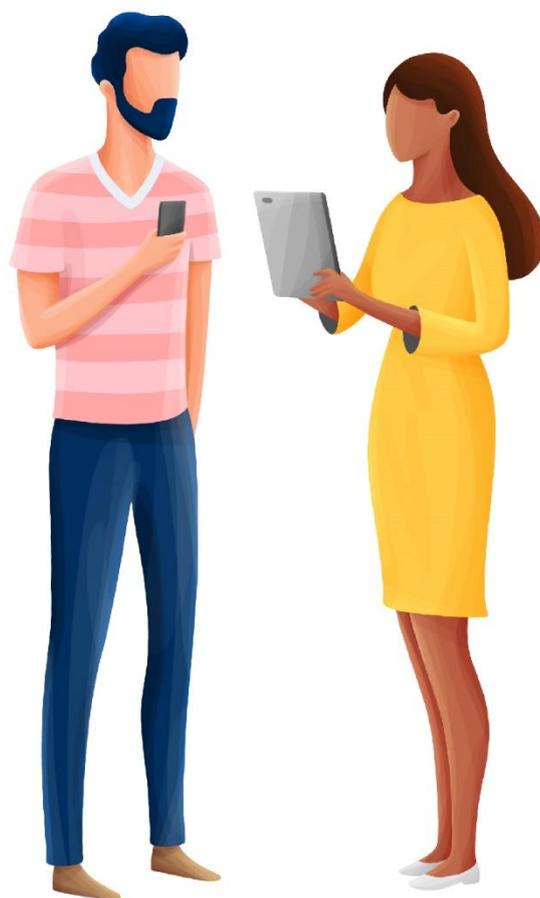


CartaPrev

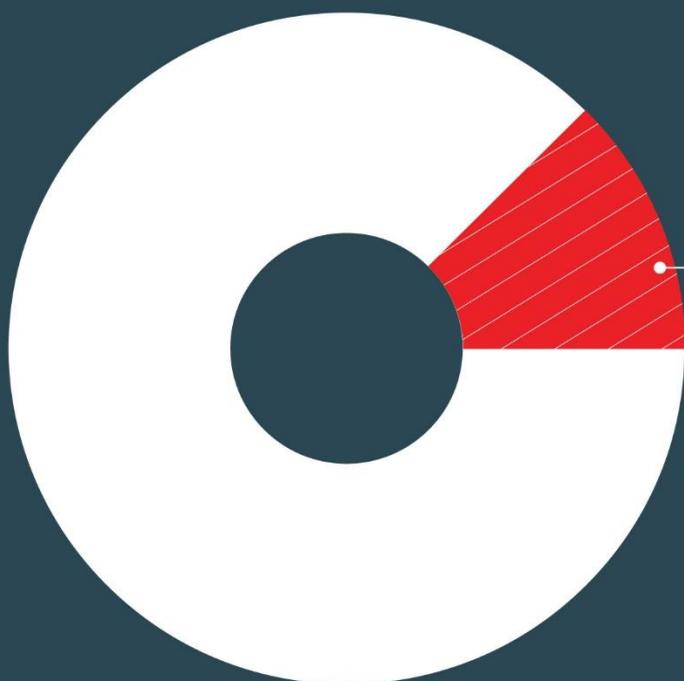
Relatório Anual de Informações

2020





Aproveite **12%**
do Benefício Fiscal
e ganhe de três
maneiras diferentes.



12%

Primeiro,

porque esse dinheiro é inteiramente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.

segundo,

porque com uma base de cálculo menor, você tem menos imposto a pagar.

e terceiro,

porque o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.

Para conhecer melhor esse benefício, **ligue 4002 0606 (capitais) ou 0800 284 0606 (demais localidades).**

Acesse o site **cartaprev.org.br**.

Relatório do Plano
de Previdência dos
Cartórios – Plano
CartaPrev

Índice

- 5 MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES
- 6 ADMINISTRAÇÃO DO CARTAPREV
- 7 PANORAMA ECONÔMICO ANUAL 2020

Resultados da Entidade em 2020

- 16 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ENTIDADE

Resultados do Relatório do Plano de Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev em 2020

- 20 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO
- 22 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
- 23 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
- 25 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DOS INVESTIMENTOS
- 28 SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
- 29 GLOSSÁRIO

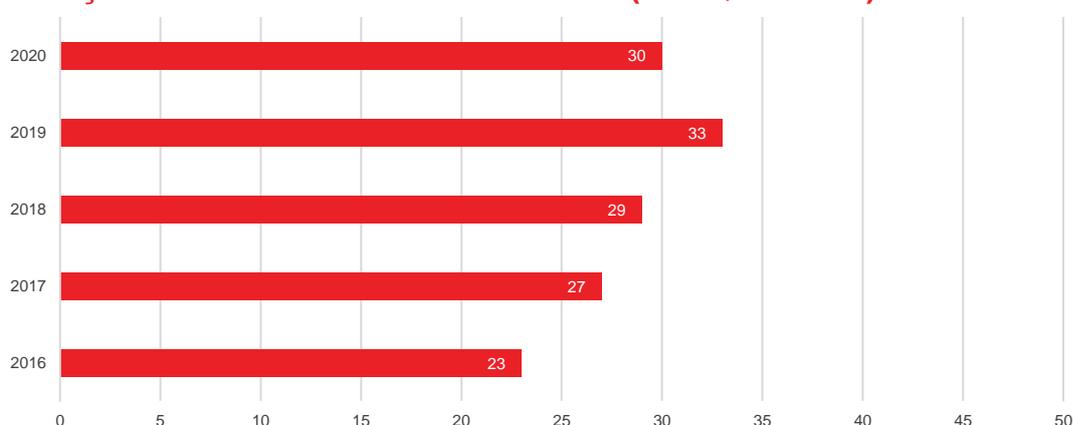
Mensagem da Diretoria

Prezado Participante,

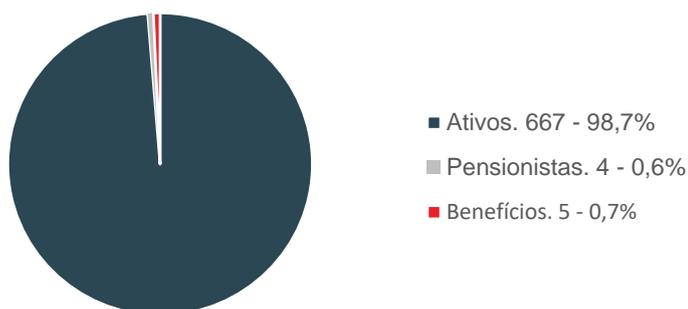
A Diretoria Executiva do Plano de Previdência dos Cartórios - CartaPrev, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI) suas atividades durante o ano de 2020.

A Entidade encerrou o exercício de 2020 com patrimônio de R\$ 30.541.004,51 e com 676 participantes ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no participante.

Evolução Patrimonial nos últimos 5 anos (em R\$ Milhões)



Quadro de Participantes



Total de participante posicionado em dezembro/2020: 676

O RAI tem por objetivo prestar informações aos Participantes referentes às atividades desenvolvidas pela Entidade e ao seu Plano de Benefícios. Com o envio do documento, o CartaPrev mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa leitura!

Administração do CARTAPREV

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente - Luiz Carlos Weizenmann
Diretor Financeiro - Eduardo Calais Pereira
Diretora Administrativo e de Benefícios- Daisy Ehrhart

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros Titulares

Presidente - Walquiria Mara Graciano M. Rabelo
Conselheiro - José Flavio Bueno Fischer
Conselheiro - João Figueiredo Ferreira
Conselheiro - Rogério Portugal Barcellar
Conselheiro - William Sanches Campagnome

Membros Suplentes

Conselheiro - Emanuelle Fontes Ourives Perrota
Conselheiro - Carlos Casses Presser
Conselheiro - Fábio Lourenço de Lima

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares

Presidente - Danilo Kunzler
Vice-Presidente - Ivanildo de Figueiredo A. de Oliveira Filho
Conselheiro - Otavio Guilherme Margarida

Membros Suplentes

Conselheiro – André Ribeiro da Rosa
Conselheiro – Wilson Klein

Panorama Econômico Anual 2020

A economia brasileira vinha se recuperando muito lentamente da recessão de 6,7%, acumulada entre 2015/2016. Nos três anos entre 2017 e 2019 a economia só cresceu 1,18% ao ano em média, mas cresceu. No início de 2020, a mediana do consenso de mercado, pesquisado semanalmente pelo Banco Central, apontava para um crescimento do PIB de 2,3% para o ano de 2020. Isto representava uma aceleração do crescimento em relação aos três anos anteriores. No entanto, o Brasil e o mundo foram surpreendidos pela pandemia do COVID-19, pela necessidade de *lockdowns* e *semi-lockdowns* para diminuir os contágios e mortes, de maneira que o mundo passou pela pior recessão desde a Grande Depressão de 1929. Os primeiros meses a partir de meados de março de 2020 foram os piores e cheios de incertezas sobre o futuro. Era um voo cego diante de uma nova doença, letal em muitos casos, da qual não se conhecia nada. O mês de abril marcou o fundo do poço da atividade econômica, mas as projeções de queda de PIB e consequente aumento do desemprego, feitas ao longo do segundo trimestre de 2020, mostravam um cenário devastador para a economia mundial. Em junho de 2020, na publicação trimestral World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), o título era: “Uma crise como nenhuma outra, uma recuperação incerta”. Nessa época, o FMI projetava uma queda média do PIB Mundial de 4,9% para 2020, e no caso do Brasil, uma queda de 9,1%!

Assim que eclodiu a pandemia e houve necessidade de fechar locais de trabalho e manter distanciamento social, e aumentou fortemente a taxa de desemprego, os países foram implementando políticas fiscais extremamente expansionistas, ajudando àqueles que ficaram sem renda. No Brasil não foi diferente. Com as contas fiscais, que já vinham tremendamente fragilizadas, sem dinheiro nos cofres públicos, instituiu-se o chamado “Auxílio Emergencial”, que atendeu a incríveis 68 milhões de pessoas. De início foi de R\$600 por mês por pessoa entre abril e agosto do ano passado. Custou aproximadamente R\$254 bilhões em cinco meses. Para efeitos de comparação, o tradicional Bolsa Família que atendia uns 44 milhões de pessoas, custava por ano cerca de R\$30 bilhões. Depois, o Auxílio Emergencial continuou até dezembro de 2020, aumentando o valor médio do Bolsa Família tradicional de R\$190 para algo em torno de R\$300 por mês. Para 2021, decidiu-se outorgar novo auxílio de até R\$45 bilhões por 4 meses a partir de abril, com um valor médio de R\$250 por mês. Dado esse imenso gasto público adicional, provocado pelas consequências catastróficas da pandemia, o déficit público aumentou significativamente e a dívida pública como proporção do PIB disparou. Diante do cenário de desolação que emergiu da necessidade de fechar locais de trabalho, de evitar aglomerações e manter o distanciamento social, não havia, em 2020, outra alternativa senão a de aprofundar a fragilidade fiscal do setor público. Isto foi digerido pelos agentes econômicos tendo em vista que a expectativa era de que se tratava de uma medida apenas temporária (necessária) para funcionar de paliativo a uma situação temporária muito séria para muitos brasileiros.

As medidas fiscais, e a política monetária extremamente relaxada, onde a taxa Selic foi reduzida para apenas 2% ao ano no início de agosto do ano passado,

funcionaram bem para diminuir os impactos negativos sobre o nível de atividade e o emprego, que se esperavam logo no início da pandemia.

Isto foi verdade aqui no Brasil e no resto do mundo. Políticas fiscais e monetárias de estímulo funcionaram a contento para melhorar o desempenho econômico em relação à péssima expectativa que se tinha em meio à tremenda incerteza do começo da pandemia. Com efeito, o PIB mundial acabou caindo 3,5% em 2020 em comparação à projeção do FMI de queda de 4,9%, feita no meio do ano. E, o PIB do Brasil fechou com queda de 4,1% ao invés dos -9,1% projetados pelo FMI em junho do ano passado.

A inesperada pandemia do Coronavírus mudou em pouquíssimo tempo a trajetória que se esperava para as principais variáveis macroeconômicas. No quadro embaixo apresentamos a mediana do consenso de mercado do Banco Central para algumas variáveis macroeconômicas no começo de 2020 e o resultado de fato acontecido no ano. Como é possível perceber, a mudança em todas as variáveis foi radical. Quando um evento tão fora do comum acontece, é claro que é impossível que alguém tivesse projetado o cenário que acabou se delineando. Em todos os casos, evidentemente os resultados pioraram muito ao longo do ano, mas como já destacamos a queda do PIB poderia ter sido muito pior. O câmbio desvalorizou 27% ao longo de 2020, em relação ao consenso do mercado! E o Real continua em trajetória de perder força contra o Dólar em 2021. Com essa desvalorização significativa, a cesta de preços por atacado dentro do IGP-M (60% do índice), tanto produtos agrícolas quanto industriais, aumentou muito em Reais, pressionando o índice como um todo que acabou fechando em espantosos 2 dígitos (23,14%). Não só o Real desvalorizou, como que os preços das commodities em Dólar aumentaram. Lembramos que o IGP-M é o índice que reajusta vários contratos, inclusive os aluguéis. Vejam a enorme diferença com o índice de preços ao consumidor, que é a meta de inflação, o IPCA. Conforme mencionamos acima, a necessidade de fortes medidas fiscais de alívio para a população, levaram o déficit total do setor público para quase 14% de tudo que se produz nas fronteiras geográficas do País (PIB). A expectativa no começo do ano passado era bem menos da metade. E, o Ministro Paulo Guedes e a sua equipe vinham tentando melhorar os resultados fiscais aos poucos quando foram surpreendidos pelas consequências nefastas da pandemia sobre uma parcela grande da população brasileira por demais vulnerável.

PROJEÇÕES FOCUS DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS							
2020	IPCA	IGP-M	Câmbio	Selic Fim	PIB	Res Primário	Res Nominal
Mediana							
03/01/2020 para 2020	3,60	4,24	4,09	4,50	2,30	-1,10% PIB	-5,70% PIB
Fechamento 2020	4,52	23,14	5,20	2,00	-4,10	-9,48% PIB	-13,69% PIB

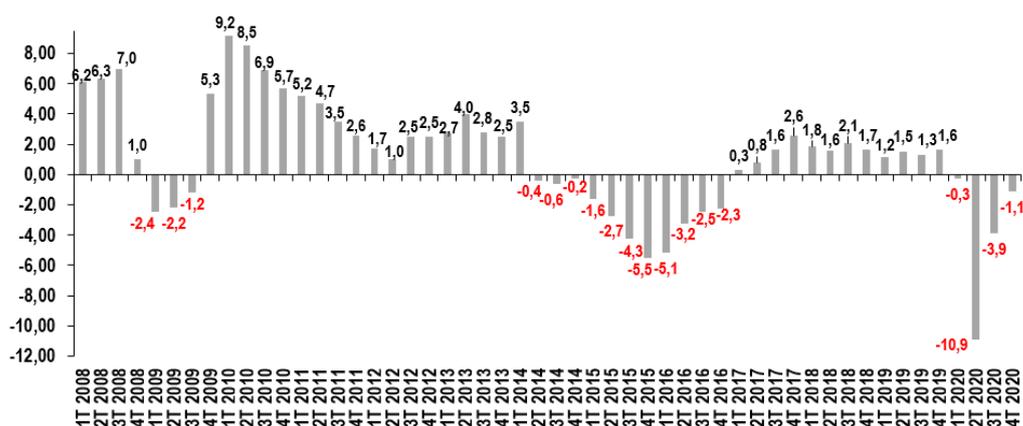
Fonte: Banco Central

Infelizmente, sob a condução da política econômica do governo da Presidente Dilma Rousseff o Brasil simplesmente perdeu a grande oportunidade de se

desenvolver, navegando em um dos mais longos períodos de bonança e crescimento da economia mundial.

O desempenho da economia melhorou a partir do governo do Presidente Temer, com a mudança radical na condução da política econômica, tanto pela equipe do Ministro Henrique Meirelles quanto pela equipe do Ministro Paulo Guedes. O Brasil, de forma ainda lenta, estava caminhando para sentar novamente as bases de uma trajetória de crescimento sustentada, em um ambiente de inflação excepcionalmente baixa. E aí veio a pandemia para cortar a trajetória de crescimento mais uma vez.

PIB - Trimestre sobre mesmo Trimestre Ano Anterior (%)

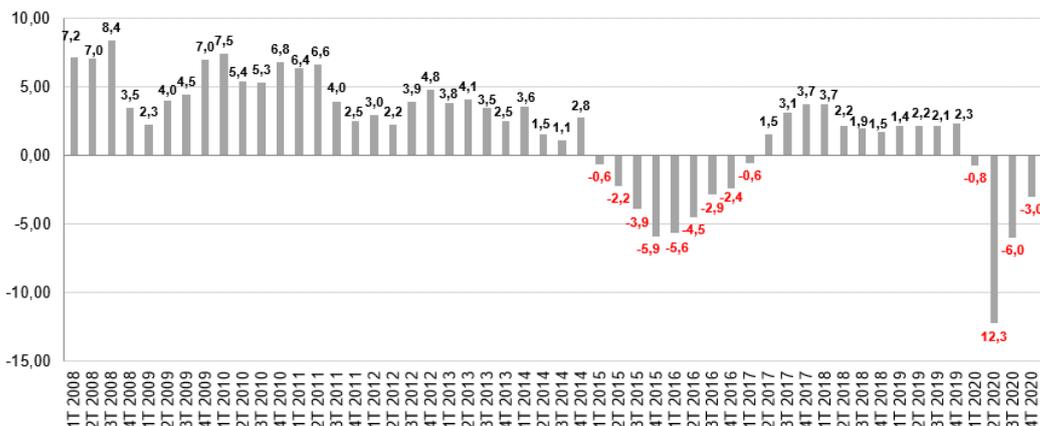


Fonte: IBGE

Como pode ser observado no gráfico acima, o fundo do poço na atividade em 2020 foi no segundo trimestre, em que o PIB caiu impressionantes 10,9%. Os trimestres seguintes ainda registraram queda interanual, mas em menor percentual.

Naturalmente, dentro do PIB como um todo, o Consumo das Famílias mostrou o mesmo padrão de comportamento trimestral, apesar do Auxílio Emergencial. Sem ele, o desempenho teria sido bem pior.

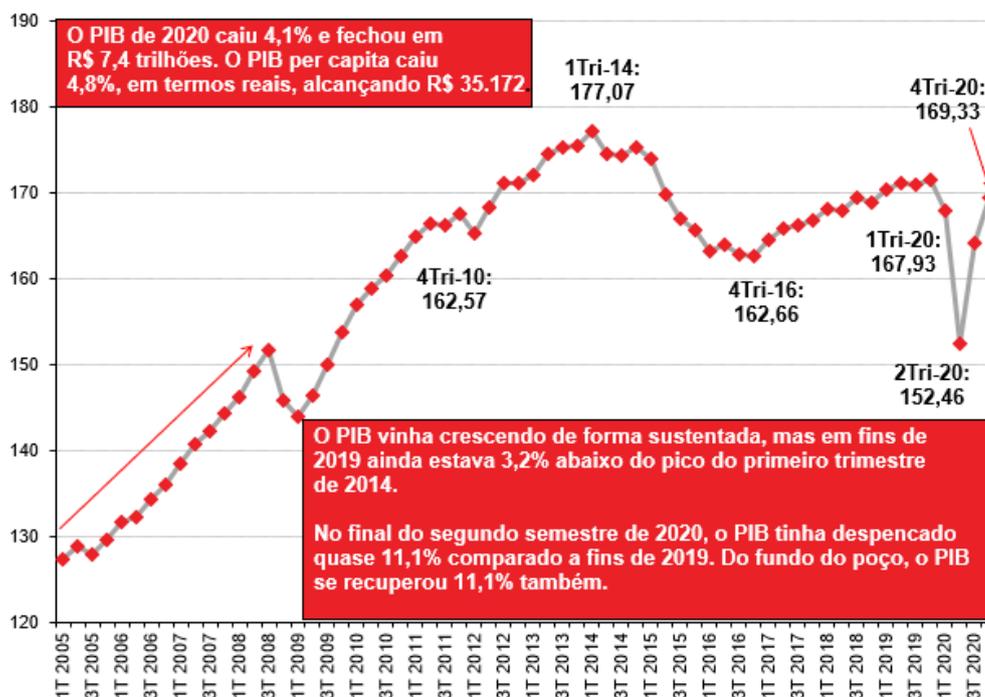
Consumo das Famílias - Anual %



Fonte: IBGE

Ao analisarmos o desempenho do PIB trimestral, com ajuste sazonal, observamos que a recuperação, após a debacle do segundo trimestre, se deu de forma significativa em forma de “V”, o que foi uma boa notícia.

PIB Trimestral Brasil com Ajuste Sazonal



Fonte: IBGE

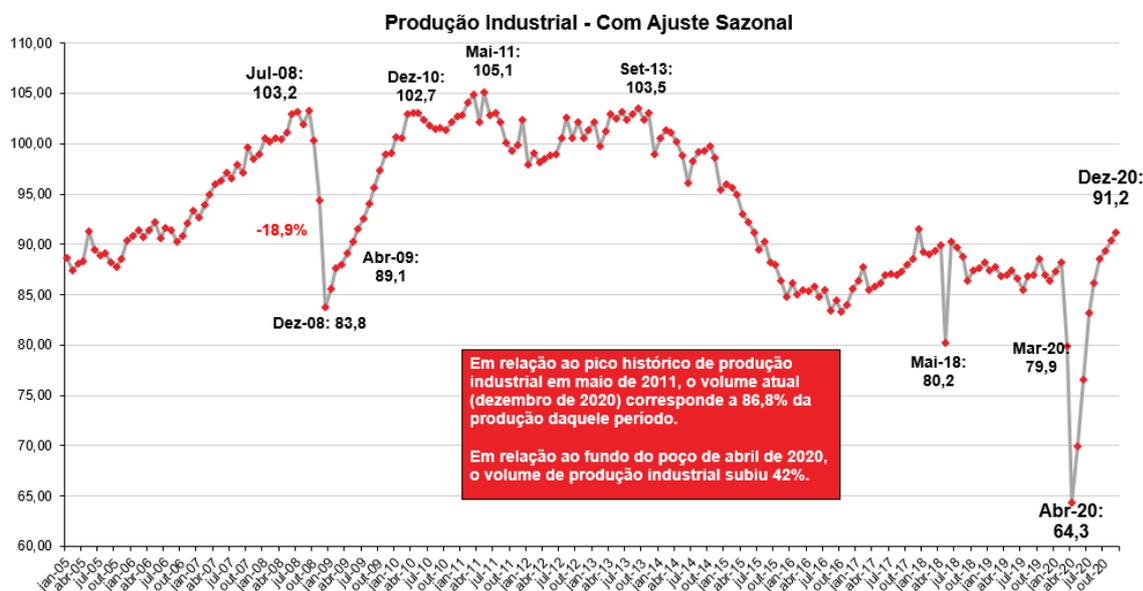
O PIB como um todo caiu 4,1% e fechou 2020 em R\$7,4 trilhões. O PIB per capita caiu 4,8%, em termos reais, alcançando R\$35.172 no ano. A triste realidade é que o PIB per capita de 2020 foi menor que o de 2010. Mais uma década perdida no Brasil.

Como se sabe, o PIB é o fluxo anual de bens e serviços em uma economia. Isto é, a soma do que produz a indústria, a agropecuária e os serviços. No ano de 2020, somente o setor agropecuário cresceu, à taxa de 2%. O setor de serviços caiu 4,5% e a indústria caiu 3,5%. Mas, dentro da indústria, a indústria de transformação e a indústria extrativa mineral apresentaram queda maior, de 4,5% na produção, como mostra a pesquisa específica de Produção Industrial Mensal do IBGE. De fato, a indústria de transformação e a extrativa mineral vem sofrendo de longa data.

Produção Industrial						
(% Anual)						
Setores	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bens de Capital	-25,3	-10,9	6,0	7,4	-0,4	-9,8
Bens Intermediários	-5,2	-6,3	1,6	0,4	-2,2	-1,1
Bens de Consumo	-9,4	-6,0	3,2	1,3	1,1	-8,9
Duráveis	-18,5	-14,7	13,3	7,6	2,0	-19,8
Não Duráveis e Semi-Durav	-6,7	-3,8	0,9	-0,3	0,9	-5,9
Indústria Geral	-8,3	-6,4	2,5	1,0	-1,1	-4,5

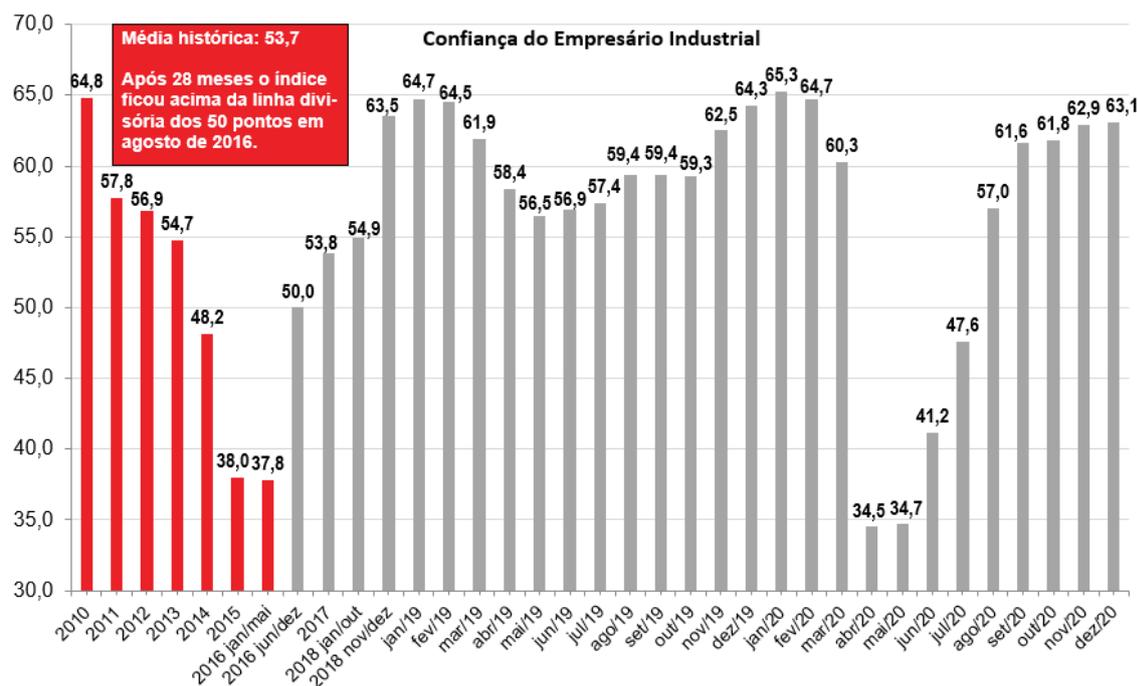
Fonte: IBGE

O volume de produção industrial despencou em abril de 2020, como todos os outros indicadores de atividade. A partir de maio, houve recuperação constante, no formato em “V”. De todo modo, durante os últimos oito anos, o setor que foi mais atingido foi a indústria, cujo nível de produção despencou e foi um dos setores que mais desempregou pessoas. Com efeito, o volume de produção industrial em dezembro de 2020 ainda era 13,2% inferior ao pico da série histórica em maio de 2011, como pode ser observado no gráfico embaixo.



Fonte: IBGE

Ao longo da recuperação da produção industrial após abril de 2020, a confiança do empresário industrial, pesquisada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria, naturalmente recuperou-se também e atingiu patamares bem próximos das máximas históricas em fins de 2020.



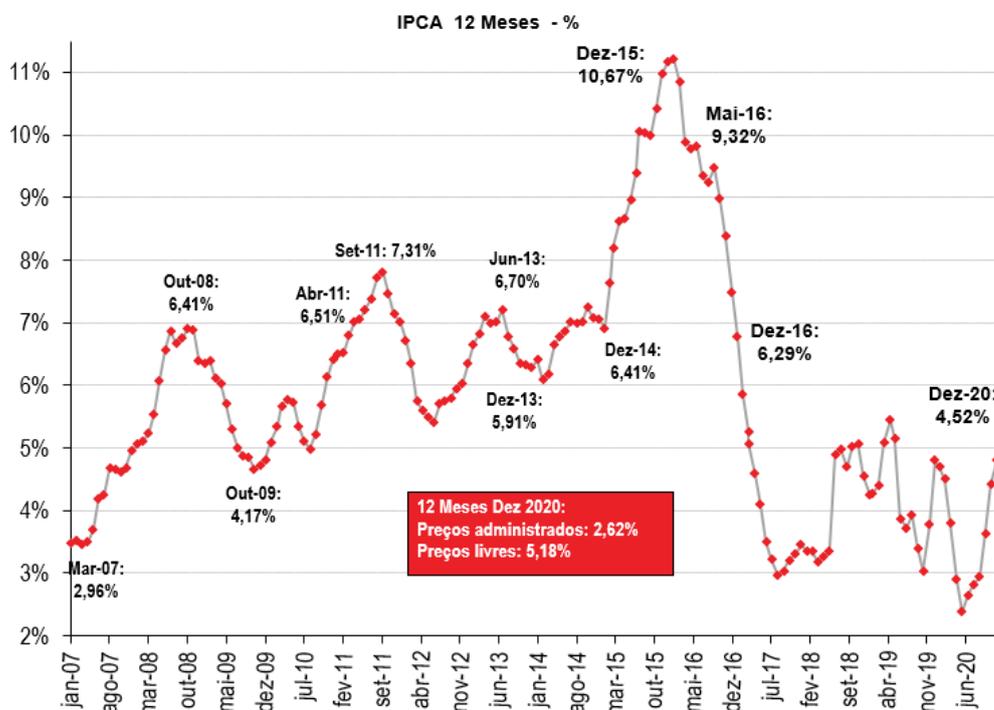
Fonte: Confederação Nacional da Indústria

A taxa de desemprego, que já estava elevada, aumentou mais ainda com o efeito da pandemia, e atingiu um pico de 14,6% no trimestre móvel acabado em setembro de 2020. Mas, a partir daí, começou a cair gradualmente. Ainda fechou 2020 em altíssimo patamar de 13,9%, mas no início da pandemia se temia que pudesse chegar perto de 17/18% em algum ponto. Gostaríamos de destacar que estes dados englobam todos os tipos de empregos, incluindo os informais, os servidores públicos e os que trabalham por conta própria, por exemplo.

Taxa de desocupação para os trimestres móveis ao longo dos anos

Trimestre móvel		2015	2016	2017	2018	2019	2020
1°	nov-dez-jan	6,8	9,5	12,6	12,2	12,0	11,2
2°	dez-jan-fev	7,4	10,2	13,2	12,6	12,4	11,6
3°	jan-fev-mar	7,9	10,9	13,7	13,1	12,7	12,2
4°	fev-mar-abr	8,0	11,2	13,6	12,9	12,5	12,6
5°	mar-abr-mai	8,1	11,2	13,3	12,7	12,3	12,9
6°	abr-mai-jun	8,3	11,3	13,0	12,4	12,0	13,3
7°	mai-jun-jul	8,6	11,6	12,8	12,3	11,8	13,8
8°	jun-jul-ago	8,7	11,8	12,6	12,1	11,8	14,4
9°	jul-ago-set	8,9	11,8	12,4	11,9	11,8	14,6
10°	ago-set-out	9,0	11,8	12,2	11,7	11,6	14,3
11°	set-out-nov	9,0	11,9	12,0	11,6	11,2	14,1
12°	out-nov-dez	9,0	12,0	11,8	11,6	11,0	13,9

Fonte: IBGE

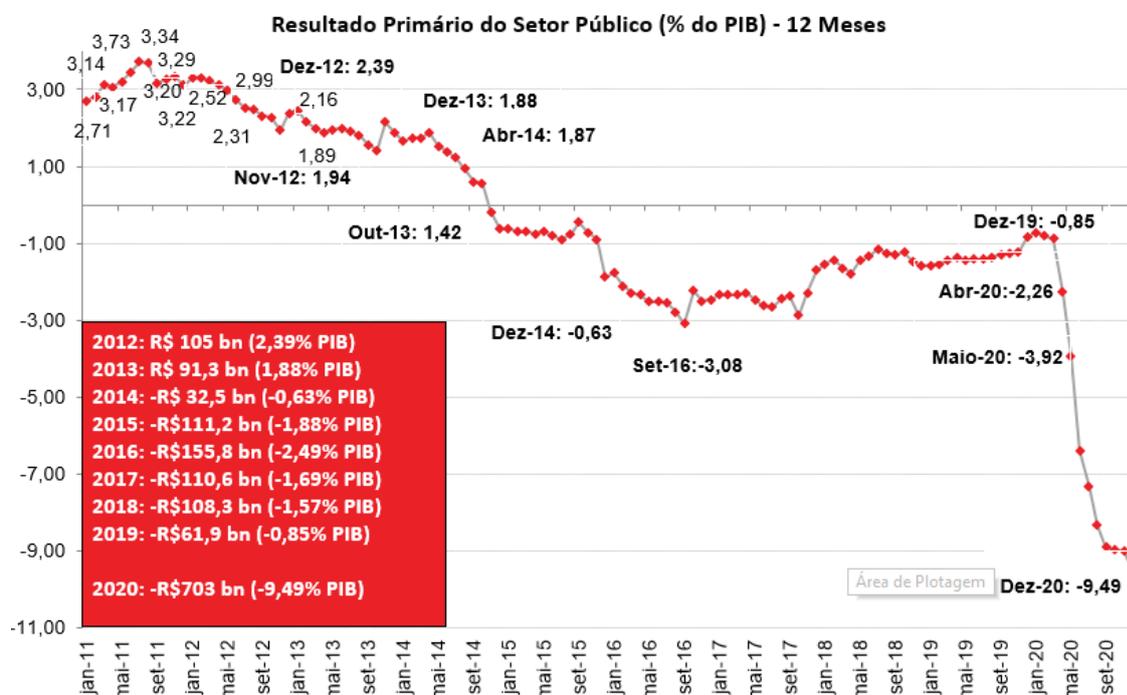


Estabilidade de preços é fundamental para alongar o horizonte da tomada de decisões. Após conseguir derrubar a inflação deixada pela equipe do Banco Central da Presidente Dilma Rousseff, as equipes de Ilan Goldfajn e de Roberto Campos Neto no Banco Central mantiveram a inflação sob estrito controle. Em 2020, a meta central de inflação era de 4% e o IPCA fechou em 4,52%, pouco acima da meta,

mas dentro do intervalo de tolerância de 2,5% a 5,5%. Isto, dentro de um contexto em que a taxa de juros Selic permaneceu pela maior parte do segundo semestre no nível mais baixo histórico (2% ao ano).

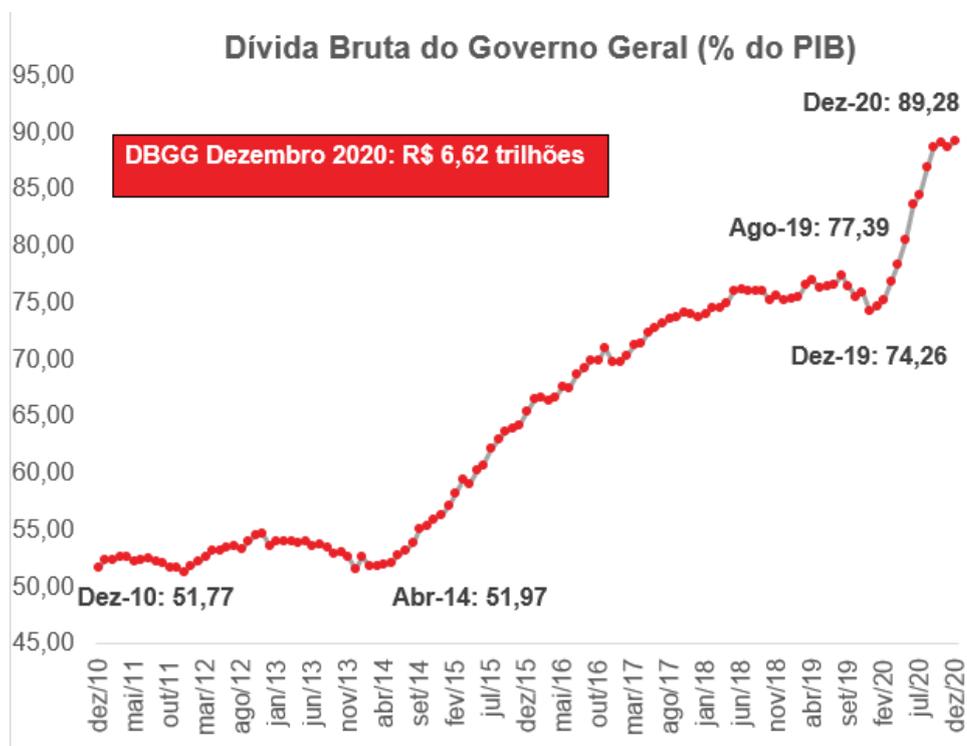
No entanto, a inflação tem viés de alta e em 2021 não será possível manter taxas de juros tão baixas ao longo do ano para manter o IPCA dentro da meta central de 3,75% com limite superior de 5,25%. Como vimos acima, o IGP-M disparou em 2020 e fechou em 23,14%. Para 2021, não se espera uma taxa tão alta para este índice, mas ainda assim será de dois dígitos, perto de 12% no ano.

A pandemia pegou o Brasil em um cenário de contas fiscais muito fragilizadas, que vinham sendo corrigidas a duras penas e algumas reformas (Reforma da Previdência) desde o governo Michel Temer. Apesar da mudança radical na condução da política econômica na direção correta e do firme discurso de austeridade fiscal da equipe econômica do governo Temer e do atual governo, ia levar muito tempo mesmo para que se conseguisse recuperar o que foi perdido, já que as contas públicas ficaram em frangalhos na administração Dilma Rousseff. O fato é que o esforço de consolidação fiscal ficou para atrás, dada a necessidade de iminente aumento brutal do gasto público para atender às classes mais vulneráveis da população, atingidas pela total perda de renda pós-pandemia. Assim, o déficit primário do setor público (todas as receitas menos os gastos, exceto juros da dívida) passou de R\$61,9 bilhões (0,85% do PIB) em 2019 para espantosos R\$703 bilhões (9,49% do PIB)!



Com isto, a dívida bruta do setor público subiu como bola de neve e se aproxima de patamares insustentáveis, se não houver uma clara perspectiva que as reformas avançarão e que em futuro próximo será possível estabilizar a relação dívida pública/PIB e colocá-la em trajetória descendente mais uma vez.

Felizmente, já foi aprovada no Congresso a PEC Emergencial, que possibilita o caminho para manter um controle mais firme dos gastos públicos. Ainda assim, há muito caminho a percorrer para resolver de vez a fragilidade das contas públicas brasileiras.



Fonte: Banco Central

O que esperar de 2021 em um cenário de referência? Na medida que avance a vacinação contra o COVID-19, um ano melhor, com PIB crescendo mais de 3%, inflação um pouco mais alta, com a taxa Selic fechando o ano acima de 5% e a taxa de câmbio por volta de R\$5,50 ou um pouco mais. O pior já passou.

Resultados da Entidade em 2020

Demonstrações Contábeis da Entidade

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL				R\$ MIL
ATIVO	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.20	31.12.19	
DISPONÍVEL	4	281	957	-71%
REALIZÁVEL		30.406	32.706	-7%
Gestão Previdencial		3	468	-99%
Gestão Administrativa	5	24	32	-25%
Investimentos	6	30.379	32.206	-6%
Fundos de Investimento		30.379	32.206	-6%
TOTAL DO ATIVO		30.687	33.663	-9%

BALANÇO PATRIMONIAL				R\$ MIL
PASSIVO	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.20	31.12.19	
EXIGÍVEL OPERACIONAL		146	257	-43%
Gestão Previdencial	7	123	233	-47%
Gestão Administrativa	8	23	24	-4%
PATRIMÔNIO SOCIAL	9	30.541	33.406	-9%
Patrimônio de Cobertura do Plano		29.899	32.290	-7%
Provisões Matemáticas		29.899	32.290	-7%
Benefícios Concedidos		1.434	1.353	6%
Benefícios a Conceder		28.465	30.937	-8%
Fundos		642	1.116	-42%
Fundos Administrativos		642	1.116	-42%
TOTAL DO PASSIVO		30.687	33.663	-9%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL				R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.20	31.12.19	
A) Patrimônio Social – Início do Exercício		33.406	29.036	15%
1. Adições		5.243	8.741	-40%
Contribuições Previdenciais	10.1	3.606	4.919	-27%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.1	1.301	3.370	-61%
Receitas Administrativas		309	392	-21%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	12.2	27	60	-55%
2. Destinações		(8.108)	(4.370)	86%
Benefícios	10.2	(7.299)	(4.069)	79%
Despesas Administrativas		(809)	(301)	169%
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)		(2.865)	4.370	-166%
Provisões Matemáticas	10.3	(2.391)	4.220	-157%
Fundos Administrativos	11	(474)	150	-416%
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)		30.541	33.406	-9%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA				R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.20	31.12.19	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		1.116	966	16%
1. Custeio da Gestão Administrativa		336	452	-26%
1.1. Receitas		336	452	-26%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		1	2	-50%
Custeio Administrativo dos Investimentos		119	124	-4%
Receitas Diretas		189	266	-29%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	12.2	27	60	-55%
2. Despesas Administrativas		(810)	(301)	169%
2.1. Administração Previdencial		(138)	(168)	-18%
Viagens e estadias		(1)	(16)	-94%
Serviços de terceiros		(97)	(107)	-9%
Despesas gerais		(30)	(31)	-3%
Tributos		(10)	(14)	-29%
2.2. Administração dos Investimentos		(129)	(133)	-3%
Serviços de terceiros		(119)	(124)	-4%
Tributos		(10)	(9)	11%
2.5. Outras Despesas		(543)	-	100%
6. Sobra da Gestão Administrativa (1-2)		(474)	151	-414%
7. Constituição do Fundo Administrativo (6)	11	(474)	151	-414%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	9	642	1.116	-42%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

Contexto Operacional

O CartaPrev - Fundo de Previdência dos Cartórios (anteriormente denominada CNBPrev – Fundo de Previdência dos Cartórios) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, inscrita sob o CNPJ nº 08.966.102/0001-78, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado instituído pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal.

A Entidade é regida por estatuto, pelo regulamento do plano de benefício de contribuição definida (CD) por ela operado e pela legislação em vigor.

O Plano de Previdência do Colégio Notarial do Brasil – Plano CartaPrev, inscrito sob o CNPB nº 2007.0014-38, em 31/12/2020, possui 667 participantes ativos (699 em 2019), com média de idade de 50,27 anos, 04 assistidos (04 em 2019), com 71,84 anos de idade e 05 pensionistas com média de idade de 69,92 anos (03 em 2019).

A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da Diretoria de Análise Técnica, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da entidade CNBPREV - Fundo de Previdência, bem como o estatuto e o regulamento do Plano de Benefícios CartaPrev nos termos da portaria nº 1.095 de 15 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 93 de 16 de maio de 2007.

O CartaPrev tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos participantes, e estabelecer acordos, contratos e convênios com Entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

São instituidores do Plano Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev, o Colégio Notarial do Brasil, a Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG-BR, a Associação dos Notários e Registradores do Estado do RJ – ANOREG-RJ, o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB, e o Sindicato dos Notários e Registradores de Minas Gerais – SINOREG/MG.

Para a consecução de seus objetivos, a entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução BACEN nº 4.661 de 25 de maio de 2018 e alterações posteriores, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Essas demonstrações consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Resultados do Plano em 2020

Demonstrações Contábeis do Plano

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO	
ATIVO	Exercício 2020 (R\$ Mil)
Ativo	30.664
Disponível	208
Contas a receber	3
Participação no Plano de Gestão Administrativa	642
Investimentos	29.811
PASSIVO	Exercício 2020 (R\$ Mil)
Passivo	30.664
Contas a Pagar	123
Compromissos com Participantes e Assistidos	29.899
Fundos	642

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
		Exercício findo em		
	Nota	31.12.20	31.12.19	Δ%
A) Ativo Líquido - início do exercício		32.290	28.070	15%
1. Adições		4.908	8.291	-41%
Contribuições		3.607	4.921	-27%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.1	1.301	3.370	-61%
2. Destinações		(7.300)	(4.071)	79%
Benefícios	10.2	(7.299)	(4.069)	79%
Custeio Administrativo		(1)	(2)	-50%
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)		(2.391)	4.220	-157%
Provisões Matemáticas	10.3	(2.391)	4.220	-157%
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)		29.899	32.290	-7%
C) Fundos não previdenciais		(474)	150	-416%
Fundos Administrativos	11	(474)	150	-416%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.20	31.12.19	
1. Ativos		30.664	33.639	-9%
Disponível	4	208	390	-47%
Recebível		645	1.584	-59%
Investimento	6	29.811	31.665	-6%
Fundos de Investimento		29.811	31.665	-6%
2. Obrigações		123	233	-47%
Operacional		123	233	-47%
3. Fundos Não Previdenciais	9	642	1.116	-42%
Fundos Administrativos		642	1.116	-42%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	9	29.899	32.290	-7%
Provisões Matemáticas		29.899	32.290	-7%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.20	31.12.19	
Provisões Técnicas (1+4)		30.022	32.523	-8%
1. Provisões Matemáticas	9	29.899	32.290	-7%
1.1. Benefícios Concedidos		1.434	1.353	6%
Contribuição Definida		1.434	1.353	6%
1.2. Benefício a Conceder		28.465	30.937	-8%
Contribuição Definida		28.465	30.937	-8%
Saldo de Contas - Parcela Participantes		28.465	30.937	-8%
4. Exigível Operacional		123	233	-47%
4.1. Gestão Previdencial	7	123	233	-47%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

Informações Referentes ao Estatuto Social da Entidade, do Regulamento do Plano e Estatístico

ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE

Não houve alteração no Estatuto Social da Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração no Regulamento do Plano.

Informações Referentes a Política de Investimentos

PLANO DE PREVIDÊNCIA DOS CARTÓRIOS CARTAPREV

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício

2020

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo

05/12/2019

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Luiz Carlos Weizenmann

Mecanismo de informação da política aos Participantes

Relatório Anual de Informações

2.1 CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.2 RISCO DE CRÉDITO

O Icatu Fundos de Pensão utilizará as agências classificadoras S&P, Moody's e Fitch para a definição do risco de crédito da carteira de investimentos. Como referência, vale a mais baixa ou a única classificação, não valendo ainda classificações feitas por agências diferentes das mencionadas.

Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, a mesma será considerada automaticamente como de alto risco de crédito e caberá ao gestor a decisão de compra baseado na análise do crédito do ativo e dos limites definidos nesta política para ativos de alto risco de crédito:

2.3 TABELA DE RISCO DE CRÉDITO

CLASSIFICAÇÃO	MOODY'S	S&P	FITCH
Baixo Risco	Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br	brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-
Alto Risco	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

A alocação em ativos classificados como baixo risco de crédito, incluindo os títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, conforme critério definido nesta política, será de até o percentual máximo de aplicação no segmento de renda fixa determinado na tabela de macroalocação.

A alocação em ativos de renda fixa classificados como alto risco de crédito, conforme critério definido nesta política, será até 05% dos recursos garantidores do plano de benefícios.

A exposição a ativos classificados como Alto Risco de Crédito será tolerada, dentro dos limites estabelecidos, caso o Plano já tenha exposição anterior a entrada em vigor desta Política, ou no caso de alguma emissão ter sua classificação alterada durante a vigência desta Política.

Os títulos de crédito privado neste segmento devem verificar necessariamente os seguintes limites:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

LIMITE DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO EM FUNÇÃO DO RATING– VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

LIMITE DO VALOR DA EMISSÃO	MOODYS	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	SUBSEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	TOTAL SEGMENTO RF		43%	100%	80%	
	Título Público Pré-fixado	IRF-M	0%	5%	0%	IRF-M
	Título Público Pós-fixado	IMA-S	10%	50%	35%	IMA-S
	Título Público Inflação Curta	IMA-B 5	0%	30%	10%	IMA-B 5
	Título Público Inflação Longa	IMA-B 5+	0%	20%	5%	IMA-B 5+
	Crédito Privado	CDI	0%	40%	30%	105% CDI
Renda Variável	TOTAL SEGMENTO RV		5%	35%	20%	
Investimentos Estruturados	TOTAL SEGMENTO INV. EST.		0%	15%	10%	
	Fundo de Investimento Multimercado CVM	IHFA	0%	15%	10%	IHFA
Investimentos no Exterior	TOTAL SEGMENTO INV. EXT.		0%	7%	0%	
	Multimercados Investimentos no Exterior	CDI	0%	7%	0%	CDI + 2%

Relatório Resumo das Informações dos Investimentos

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O CartaPrev acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da relação Retorno x Risco tolerado da carteira e a mitigação de riscos inerentes ao processo de gestão de recursos.

A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos nas carteiras, desde que de acordo com os limites, vedações, definições, regras, restrições e procedimentos descritos pelas legislações vigentes e na Política de Investimentos deste Plano de Benefícios ao qual a carteira é destinada.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Em 31/12/2020 os recursos do Plano de Benefícios estavam aplicados no Fundo Icatu Vanguarda FIC FIM Previdência Associativa, cuja macroalocação está descrita conforme o quadro abaixo (valores em milhares de reais):

VALOR DOS INVESTIMENTOS EM DEZEMBRO/2020 (R\$ Mil)	CARTAPrev		PGA		PLANO DE BENEFÍCIOS CARTAPrev	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	21.762	71,64%	407	71,64%	21.355	71,64%
Renda Variável	4.242	13,96%	79	13,96%	4.163	13,96%
Investimentos Estruturados	4.375	14,40%	82	0,00%	4.293	14,40%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Imóveis	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Operações com Participantes	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total dos Investimentos	30.379	99,08%	568	88,62%	29.811	93,00%
Disponível	281	0,92%	73	11,38%	208	0,65%
Total dos Recursos Garantidores	30.660	100,00%	641	100,00%	32.055	93,65%

VALOR DOS INVESTIMENTOS EM DEZEMBRO/2019 (R\$ Mil)	CARTAPrev		PGA		PLANO DE BENEFÍCIOS CARTAPrev	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	28.710	89,14%	482	89,14%	28.228	89,14%
Renda Variável	3.496	10,86%	59	10,86%	3.438	10,86%
Investimentos Estruturados	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Imóveis	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Operações com Participantes	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total dos Investimentos	32.206	97,11%	541	48,82%	31.665	98,78%
Disponível	957	2,89%	567	51,18%	390	1,22%
Total dos Recursos Garantidores	33.163	100,00%	1.108	100,00%	32.055	100,00%

INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTÃO DO INVESTIMENTO	VALOR (R\$ Mil)	PERCENTUAL DO INVESTIMENTO TOTAL	PERCENTUAL DO INVESTIMENTO POR GESTÃO
Gestão Própria	-	-	-
Gestão Terceirizada	30.379	100,00%	100,00%
Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda.	30.379	100,00%	100,00%
Total Geral	30.379	100,00%	

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO PLANO E COM INVESTIMENTOS

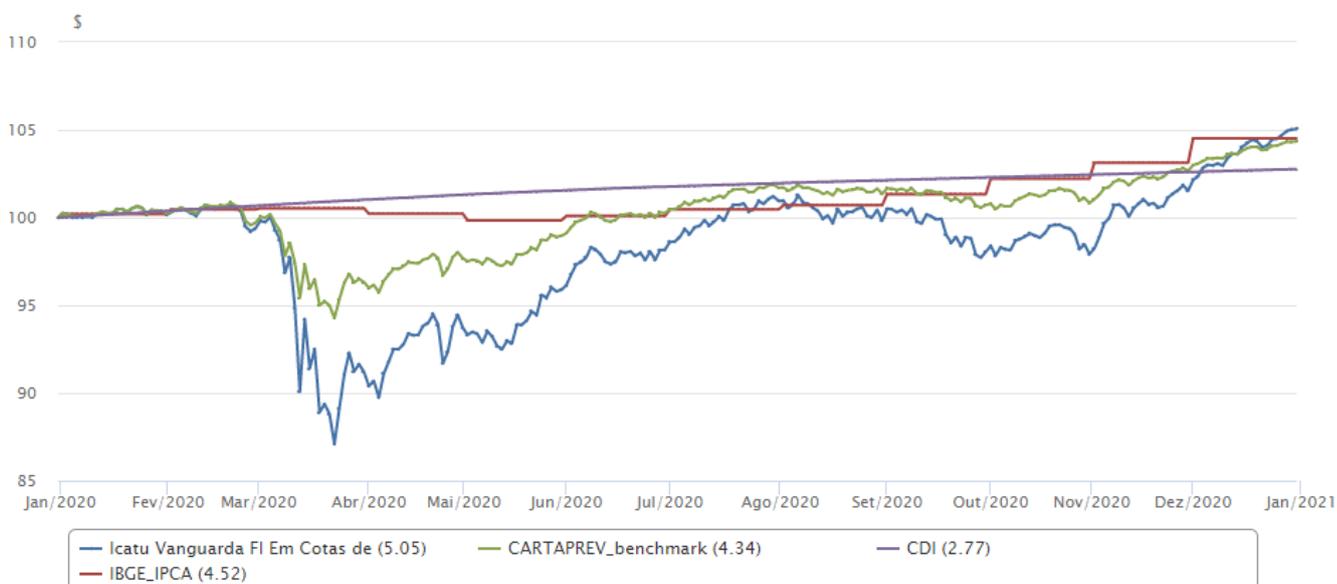
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2020	
(R\$ Mil)	873	100,00%
Despesas Diretas	810	92,78%
Serviço Administrativo	81	9,28%
Viagens e Estadias	1	0,11%
Administradora de Planos	119	13,65%
Auditoria Externa	16	1,84%
PIS/COFINS	19	2,13%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	1	0,14%
Despesas de Contas Correntes	21	2,45%
Associações de Classe	9	1,01%
Outras Despesas	543	62,16%
Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)	63	7,22%
Taxa de Administração	50	5,73%
Despesa com Auditoria	3	0,34%
CVM	6	0,69%
ANBID	4	0,46%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO E PGA

Segmento	Benchmark	Icatu Vanguarda FIC FIM PREV Associativa		
		Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Benchmark
Renda Fixa	43,75% (IMA-S) + 12,50% (IMA-B 5) + 6,25% (IMA-B 5+) + 37,50% (105% CDI)	7,37%	7,21%	3,41%
Renda Variável	100% (IBrX)	-3,28%	-3,30%	3,50%
Investimentos Estruturados	100% (DI-CETIP)	2,11%	2,08%	2,77%
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-
Total dos Investimentos	35% (IMA-S) + 10% (IMA-B 5) + 5% (IMA-B 5+) + 30% (CDI) + 10% (IBrX) + 10% (DI-CETIP)	5,26%	5,05%	4,34%

RENTABILIDADE ACUMULADA DEZ/19 A DEZ/20

Período de análise: 31/12/2019 a 31/12/2020



Fonte: Comdinheiro

RESUMO DO DESEMPENHO

Diante do cenário observado em 2020, os ativos de risco apresentaram elevada volatilidade, com forte desvalorização no mês de março e recuperação nos meses seguintes, encerrando o ano no terreno positivo. Na renda fixa, o CDI apresentou menor patamar de rentabilidade, tendo em vista o menor nível da taxa SELIC. Neste contexto, cabe destacar a menor rentabilidade quando comparado aos últimos anos.

Situação Atuarial do Plano

Este Plano, avaliado em função do regime financeiro de Capitalização e do Método de Capitalização Financeira Individual, apresentou em 31/12/2020 resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida – CD em que os saldos contábeis são nulos nas contas "Benefício Definido", tanto do grupo de contas das provisões matemáticas na fase de capitalização, como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Glossário

Balanco Patrimonial: Demonstrativo que tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da EFPC em determinada data.

Conselho Deliberativo: Responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios.

Conselho Fiscal: Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria-Executiva.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutaçao do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações.

Diretoria Executiva: Responsável pela administração da EFPC e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

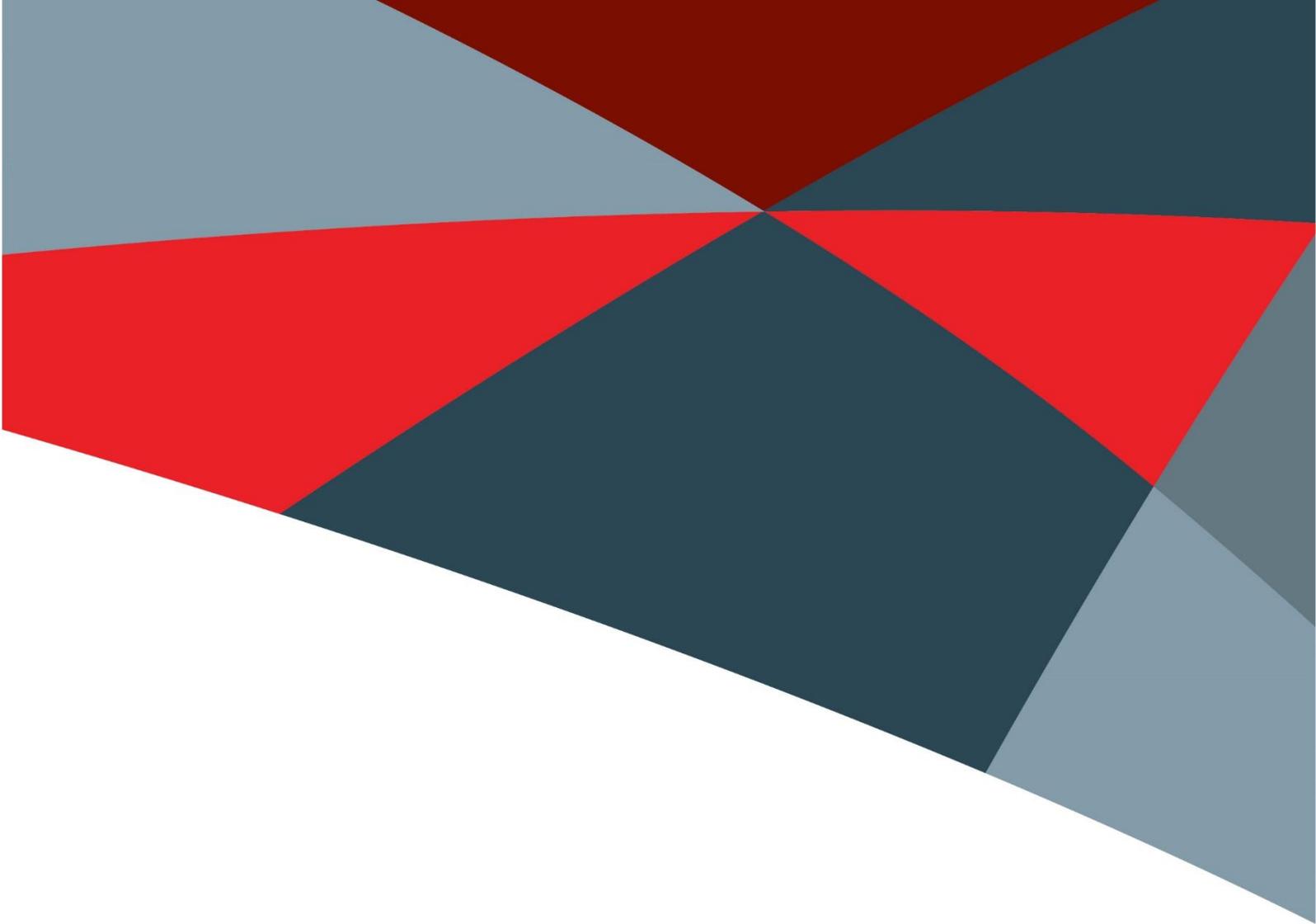
Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos de seus participantes. São regidos por um regulamento e têm na assembleia geral dos cotistas o seu mecanismo básico de decisões.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Política de Investimentos: Documento elaborado e aprovado no âmbito da EFPC, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do Plano de Benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos Recursos Garantidores do Plano no horizonte de no mínimo cinco anos, com revisões anuais.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.



CartaPrev

Fale Conosco

4002 0606 Capitais

0800 284 0606 Demais localidades

cartaprev.org.br

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC

Exclusivo para informações públicas, reclamações
ou cancelamentos de produtos adquiridos por telefone.

SAC 0800 286 0116

SHS, Quadra 06 – Edifício Brasil 21, Bloco E, Salas 615/616
Brasília – DF – CEP: 70322 915